

Front Matter / Elementos Pré-textuais / Páginas Iniciais

Anita Helena Schlesener
Gisele Masson
Maria José Dozza Subtil
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHLESENER, AH., MASSON, G., and SUBTIL, MJD, orgs. *Marxismo(s) & educação* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 1-12. ISBN 978-85-7798-211-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

MARXISMO(S) **e educação**

Universidade Estadual de Ponta Grossa

REITOR

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

EDITORA UEPG

Lucia Cortes da Costa

VICE-REITORA

Gisele Alves de Sá Quimelli

CONSELHO EDITORIAL

Lucia Cortes da Costa (Presidente)

Augusta Pelinski Raiher

Bruno Pedroso

Dircéia Moreira

Ivo Motim Demiate

Jefferson Mainardes

Jussara Ayres Bourguignon

Marilisa do Rocio Oliveira

Silvio Luiz Rutz da Silva

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

Marilisa do Rocio Oliveira

MARXISMO(S) e educação

Organização
Anita Helena Schlesener
Gisele Masson
Maria José Dozza Subtil

Editora
UEPG

**Copyright © by Anita Helena Schlesener, Gisele Masson
e Maria José Dozza Subtil (Orgs.) & Editora UEPG**

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Equipe Editorial

Coordenação editorial	Lucia Cortes da Costa
Revisão	ICQ Editora e Gráfica
Capa, Diagramação e Projeto gráfico	Natália Bae Tikinet

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

M392 Marxismo(s) & educação./ Anita Helena Schlesener, Gisele Masson, Maria José Dozza Subtil (Orgs.). Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

270p.

ISBN : 978-85-7798-202-8

1. Marxismo. 2. Educação. I. Schlesener, Anita Helena (Org.). II. Masson, Gisele (Org.). III. Subtil, Maria José Dozza (Org.). IV. T.

CDD: 320.5

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG

Praça Santos Andrade, n. 1 – 84030-900 – Ponta Grossa – Paraná

Fone: (42) 3220-3306 – e-mail: vendas.editora@uepg.br

2016

PREFÁCIO

Uma faceta importante da crise que afeta gravemente a vida social brasileira – e disso parece não haver dúvida – é a ineficácia da “educação escolar”. A organização e os conteúdos encontrados na escola pouco dizem respeito ao mundo de adolescentes e jovens. Muito em particular aos jovens das classes subalternas, a escola não é muito mais do que uma obrigação que desvia da dura luta cotidiana pela sobrevivência. A sobrevivência os aparta da escola que, de imediato, nada oferece (senão talvez a merenda), e faz com que a busca do trabalho de baixa qualificação e remuneração ganhe prioridade e que a sedução do tráfico e do consumo de drogas ganhe adesões.

Grande parte dos jovens se dá conta, ainda que de modo quase inadvertido ou espontâneo, de que a escola os formará apenas para reproduzirem uma vida social insuportável e que muito pouco diferirá daquela em que nasceram e vivem. Uma vida social que de sempre presente há apenas a carência, a guerra civil entre os pobres e a polícia. É a polícia que representa o Estado, não as chamadas “políticas públicas”, que na verdade são políticas de construção de uma hegemonia burguesa débil. Como pode o “sistema escolar” ser aderente aos interesses das classes subalternas se tal como a educação também os direitos fundamentais lhes são negados. Não pode haver escola se não há trabalho, saúde, habitação, transporte e lazer. Todos esses problemas, no seu conjunto, aparecem como uma questão urbana, espacial, de classe social, onde há centro e periferia.

A questão da educação não pode ser pensada como se fosse um sistema ou subsistema à parte na vida social. Sem o conjunto dos direitos fundamentais, promessa permanente do Estado e das classes dirigentes, e que nunca se cumpre, os jovens tecem a sua aprendizagem por meios próprios, espontâneos. Alguns conseguem sua inserção social dentro da ordem, por meio da escola precária, do curso técnico, da instituição religiosa até se formar como proletário assalariado de baixa cultura. Observe-se que a instituição religiosa -- marcadamente os cultos pentecostais -- tem suprido em parte as necessidades de cultura (ou anticultura) e lazer das massas populares, não exatamente substituindo o Estado, mas o completando no empenho de submissão permanente dos grupos sociais subalternos.

Tantos outros jovens proletários são envolvidos e socializados por fora da sociedade civil, onde predomina o crime organizado, a traficância de drogas, de armas, de mulheres, de crianças. Esses são os que mais se deparam com o Estado, com a polícia e as casas punitivas. Apenas uma ínfima minoria consegue por meio da autoeducação, da avaliação crítica da vida social, do impulso para a filosofia e arte, desenvolver uma prática social que expresse o “espírito popular criativo” (Gramsci). Essas manifestações podem ser antagônicas à ordem, mas podem também muito bem serem subsumidas por ela, transformadas em mercadoria, em “ostentação”.

Apenas um número reduzido de escolas públicas mostra a capacidade de formar jovens em condições de seguirem adiante nos estudos científicos, tecnológicos, culturais. Esse grupo de escolas “excelentes” forma -- junto com um número significativo de escolas privadas, confessionais ou não -- o pequeno celeiro a partir do qual emergirão os intelectuais orgânicos da ordem burguesa a serem treinados na Universidade. São engenheiros, arquitetos, economistas, sociólogos, psicólogos, médicos, juristas, jornalistas, professores, etc., todos especializados na reprodução social da ordem, a maior parte, assalariados ou profissionais “autônomos”. Esses, juntamente com o pequeno empresário da indústria e do comércio, é que efetivamente forma a sociedade civil burguesa, que respalda o domínio de classe da burguesia na sua inteireza e, em particular o predomínio do capital financeiro transnacional.

A pressão das classes subalternas pelos direitos fundamentais, demográfica antes de tudo, difusa e pouco organizada, fez com que as políticas governamentais investissem alguma coisa na ampliação de escolas de

qualificação profissional (até por ser uma demanda da própria burguesia) e a de universidades públicas que já nascem precarizadas, ainda que o principal resultado tenha sido o fortalecimento das empresas privadas de ensino. As políticas de quotas e de financiamento visaram o mesmo escopo.

O empenho governamental em fornecer algumas migalhas em termos de direitos fundamentais, amenizando a carestia e se esforçando para ampliar a sociedade civil e a hegemonia burguesa, foi inteiramente sabotado pelo poder político e ideológico do capital, considerando-se que essa estratégia de dominação desenhada por forças emergentes da aristocracia operária -- na qual o elemento “políticas públicas” aparece com grande destaque -- não coaduna com o liberalismo exacerbado que alimenta a utopia burguesa (e as velhas oligarquias agrárias). Foi sim possível, por algum tempo, graças ao fluxo favorável do mercado mundial, que permitiu a manutenção dos super benefícios do capital financeiro e também das outras frações burguesas, o que incluiu a aristocracia operária.

A onda da crise eclodida em 2008 nos Estados Unidos foi contida por alguns anos pelos mecanismos da política econômica, mas depois de 2013 a contenção não pode mais resistir. A disputa de rua entre aqueles que queriam acesso aos direitos fundamentais e outros que queriam o fim do ciclo politicamente dirigido pela aristocracia operária culminou em grave crise política. A crise social se alarga e na crise política as classes dirigentes se empenham para restringir o perímetro dos dominantes por meio da concentração da hegemonia.

A restrição do perímetro e a concentração hegemônica ocorrem por meio de ações empreendidas por dentro da burocracia estatal e nas supraestruturas da sociedade civil burguesa, em particular na mídia. O objetivo é aproveitar-se da crise para aprofundar as políticas alcunhadas de neoliberais, que implicam restrições de direitos e privatizações, para tentar amainar a crise fiscal do Estado. Mas numa hegemonia burguesa débil o elemento coercitivo tende a se destacar, tanto por meio de leis social e moralmente regressivas como por meio da violência policial, que age por dentro e por fora do campo legal, chegando-se a composição de grupos de extermínio da população de pretos¹ e pobres. Nesse processo, se bem sucedido, setores dominantes serão sacrificados, antes de tudo a

1. Uso do termo conforme classificação do IBGE.

fração da aristocracia operária que adentrou o Estado, mas também setores da burguesia industrial.

De maneira geral, a intelectualidade brasileira sempre afastada do povo e dos esforços de se constituir uma nação e uma sociedade civilizada. Apenas uma fração pequena ou muito pequena fez esse esforço de se vincular ao povo/nação em construção, a maioria dos quais não frequentou o ambiente da Universidade. De fato, a Universidade no Brasil surge tardiamente e já quando o problema histórico da construção do capitalismo e da ordem burguesa estava posta. Os elementos de cultura média no Brasil sempre foram de baixíssimos índices e os grandes intelectuais permaneceram encastelados ou com nexos fortes com os centros culturais dos países imperialistas.

Até os anos 60, até mesmo aquilo que hoje se denomina de escola fundamental e média, era de restrito acesso. Aqueles que chegavam a cumprir os estudos científicos ou clássicos da escola média eram os candidatos a passar pelo funil que levava à Universidade. Os mais pobres tentavam se qualificar nas escolas de comércio ou nos ginásios industriais.

Foi com a ditadura militar que escola e Universidade começaram o processo de massificação (e de perda de qualidade). A preservação da qualidade implicaria investimento massivo, algo que jamais aconteceu nessas terras. Muitas Universidades foram criadas, mas na perspectiva autoritária e conservadora. De todo modo essa era uma solicitação do capitalismo que estava perto de se generalizar na formação social brasileira, heterogênea, híbrida, desigual e combinada. Era preciso um número maior de intelectuais orgânicos do capital, especialistas em ciência aplicada, capazes de incorporar a ciência e a técnica produzida alhures. Número maior de alfabetizados era também indispensável para o consumo de bens duráveis, eletrodomésticos em particular.

Esgotada a ditadura militar e instaurada a ordem burguesa em sua plenitude, inclusive a ficção liberal democrática, a tendência foi a de novo refluxo dos intelectuais, os quais estiveram no campo de luta contra a ditadura, em particular entre 1977 e 1989. Cessou a expansão da Universidade pública e começa a longa onda das empresas privadas de ensino superior. Essas chegam já vinculadas às novas tecnologias informáticas e a lógica capitalista de se poupar trabalho. Além de auferirem lucros notáveis, formam força de trabalho adequada às referidas novas tecnologias já inseridas nas novas mercadorias de consumo de massa.

A pesquisa científica e cultural de alto padrão continua a ser feita em algumas universidades públicas, mas com o limite imposto pelo baixo investimento do Estado. Nos últimos anos as tais “políticas públicas” do reformismo da aristocracia operária e de seus intelectuais retomou a expansão da Universidade pública e também da sua precarização, ao mesmo tempo em que aplicou recurso público nas empresas privadas de ensino. Essas empresas, por conta da concorrência, tendem a se fundir e a se internacionalizar, quando então surgem monopólios privados de grandes dimensões. Para muitos milhares de jovens, esse é o caminho factível da vida: a busca pelo emprego, pelo lugar no mercado de trabalho, pelo lugar na sociedade civil burguesa, a qual vem a reforçar também ao se dotar da ideologia liberal.

Os intelectuais vinculados à filosofia, à literatura, às artes, num momento crítico, encontram-se longe dos interesses materiais e espirituais das classes subalternas, submetidas que estão às ideologias religiosas, à ideologia do empreendedorismo e à violência policial. A pesquisa científica produzida na Universidade está sempre mais diretamente vinculada aos interesses das empresas privadas, sem qualquer mediação. Ou então às “políticas públicas” que reforçam a hegemonia burguesa.

A produção das Ciências Humanas é a mais sensível ao ambiente cultural e ideológico, é mesmo parte essencial desse ambiente, que, por sua vez, expressa a correlação entre forças sociais em campo. A tese de que a pesquisa científica seja livre é fortemente contrastada pelas fontes de financiamento, as quais definem o que é ou não prioritário, o que tem ou não perfil adequado à área naquele momento. A adequação ideológica da pesquisa fica então evidente, quando temas de moda são estimulados (em geral aqueles inócuos em relação à luta de classes). As avaliações do que e quanto se produz agem nessa mesma direção. O resultado é que a Universidade se conforma segundo padrões determinados pelo poder político e ideológico vigente talvez mais do que em outras fases. Um problema esse a ser estudado com a devida atenção.

A ditadura militar promoveu um expurgo na Universidade e na cultura brasileira, mas na esteira da resistência democrática dos anos 70, pode-se observar uma produção, senão grande, importante o suficiente para refinar as interpretações e leituras da realidade brasileira. Algumas dessas leituras tinham clara inspiração marxista e começavam já a fazer

uso de um instrumental teórico mais elaborado com a incorporação das reflexões teóricas de Althusser, Gramsci, Lukács e outros.

A crise e a disputa entre as frações das classes dominantes, que acompanhou o fim da ditadura e que permitiu o avanço do movimento operário e popular, possibilitou que jovens intelectuais de formação marxista ingressassem na academia. Na verdade esse fluxo aumentou na medida em que alguns desses intelectuais se viram sem espaço na luta política que se travava no seio das esquerdas.

Dessa maneira é que se formou uma vertente cultural marxista na Universidade brasileira, com nichos mais ou menos fortes aqui ou acolá, em particular, é claro, nas áreas de humanidades, com destaque para as áreas de Educação e Serviço Social. Talvez isso se explique por conta das possibilidades maiores de atuação de uma prática social nessas áreas. Por outra parte, a Economia, a História, as Ciências Sociais ficaram bastante receptivas a novos influxos ideológicos vindos dos centros imperialistas e que, de maneira mais ou menos mediada, serviram de respaldo para a ofensiva do capital e a legitimação das políticas de cunho neoliberal.

O marxismo passou a sofrer um cerco institucional, com dificuldades de ingresso em muitos departamentos acadêmicos e com dificuldades na obtenção de auxílio financeiro. Na área da Educação, que contabiliza cerca de 20% dos pesquisadores cadastrados, o número e a organização dos marxistas é bastante notável. Seria de se verificar a trajetória social e formativa desse contingente importante de intelectuais.

Mas o resultado tem sido alvissareiro, pois se tem desenvolvido uma reflexão teórica e uma prática social e política bastante significativa por parte desses intelectuais, que a bem da verdade, às vezes se enreda nas teias da institucionalidade e se deixa seduzir pelas “políticas públicas”, pois que tida como a única possibilidade real. Com os limites possíveis há mesmo que se destacar a importância de publicações – como esse livro -- que enfocam o problema da educação na perspectiva teórica do marxismo, ou seja, na perspectiva da revolução socialista, a única em condições de encaminhar soluções para a enorme crise por que passa a humanidade nessa fase de barbarização completa do capitalismo.

Marcos Del Roio

SUMÁRIO

Apresentação.....	13
-------------------	----

PARTE I

Capítulo 1

O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social.....	19
--	----

Gisele Masson

Capítulo 2

Marxismo e Educação: limites e possibilidades do conceito de emancipação	39
---	----

Anita Helena Schlesener

Capítulo 3

Observações acerca do pensamento de Marx para a educação	63
---	----

Alessandra Dal Lin e Anita Helena Schlesener

Capítulo 4

Contribuições de István Mészáros para a educação: uma análise da categoria da mediação.....	93
--	----

Carina Alves da Silva Darcoletto

PARTE 2

Capítulo 5

Filosofia, cultura e formação em Karel Kosik..... 117

Pedro Leão da Costa Neto

Capítulo 6

Trabalho e educação a partir de uma leitura do marxismo
de Moishe Postone 135

Alessandro de Melo, Mariana Prado Guaragni e Marielle Zazula

Capítulo 7

A pesquisa no campo das políticas educacionais:
contribuições de Antonio Gramsci..... 163

Michelle Fernandes Lima

PARTE 3

Capítulo 8

Estética pós-moderna ou estetização do real?
Impactos no trabalho e na educação 181

Rose Meri Trojan

Capítulo 9

Marxismo, arte e educação: as potencialidades de
humanização pela educação artística 207

Maria José Dozza Subtil

Capítulo 10

Arte e educação no contexto capitalista 227

Carla Irene Roggenkamp

Capítulo 11

Alienação, arte e educação diante do atual
estágio do capitalismo 245

Cintia Ribeiro Veloso da Silva

Sobre os Autores 265